

## Centrão derrubará acordos no 2º turno

BRASÍLIA — O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) revelou ontem que o Centrão não manterá compromissos assumidos no primeiro turno de votação da Constituinte. O grupo deverá se articular para derrubar todos os capítulos que o desagradam — inclusive os acordados com o PMDB.

— Os compromissos entre Deputados não podem se sobrepor ao interesse público. Se nós recebermos novas informações sobre aquilo que votamos, temos o dever de reformular nosso pensamento — afirmou Cardoso Alves.

O Líder do PMDB, Mário Covas, manifestara, no início da semana, o temor de que o Centrão desrespeitasse os acordos no segundo turno. Cardoso Alves, porém, entende de outra forma:

— O segundo turno é outra rodada de entendimento. O primeiro turno valeu como uma espécie de projeto final de Constituição. Agora, ele precisará ser votado definitivamente e isto requer outros acordos.

A votação em segundo turno não exigirá mudanças no Regimento. O Centrão pretende alterar o texto apresentando emendas supressivas a dispositivos como o direito irrestrito à greve, o tabelamento dos juros bancários, licença-paternidade de oito dias e a jornada de trabalho de 44 horas.

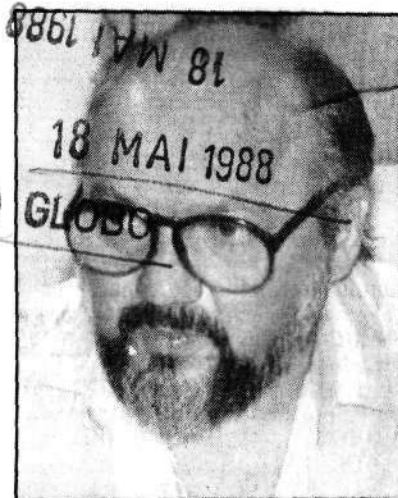
## Governo se recusa a barganhar 5 anos

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto não quer o apoio dos Governadores aos cinco anos de mandato transformado em instrumento de barganha para garantir, no segundo turno, a reforma tributária aprovada pela Constituinte. Ao fazer tal advertência, ontem, o Senador Álvaro Pacheco (PFL-PI) afirmou que o Presidente José Sarney continua inflexível na interpretação de que o novo sistema tributário torna o País ingovernável.

Segundo Pacheco, que procura articular uma aliança que aprove os cinco anos, os Governos federal e estaduais deveriam medir forças sobre a questão tributária evitando vinculá-la a qualquer tipo de acordo. O Senador relacionou ainda o tabelamento dos juros bancários e a política mineral como pontos que o Governo agirá para modificar:

— São pontos que, com as decisões tomadas pela Constituinte, afastam os investimentos estrangeiros, num momento em que o Brasil precisa, de imediato, de US\$ 6 bilhões em investimentos.

Essa posição está sendo levada aos parlamentares pelo grupo que coordena o apoio ao Governo na Câmara e no Senado. Uma vez aprovado o mandato — o que o Planalto espera que aconteça até o dia 30 —, o grupo buscará manter a maioria unida em torno do programa econômico que o Presidente José Sarney pretende executar nos seus 18 últimos meses de governo. Pacheco calcula que Sarney contará com um mínimo de 320 e um máximo de 340 votos para go-



Pacheco: Governo não aceita troca

vernar até 1990, garantindo um sólido bloco situacionista.

Ademais, dez Senadores e 30 deputados formarão a "tropa de choque" do Planalto no Congresso. Eles atuarão principalmente no plenário, não só defendendo os interesses do Governo nas votações, como dando resposta pronta às acusações e críticas ao Presidente.

Preocupação especial demonstram os governistas com o Senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), Relator da CPI da Corrupção e Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. O Governo está estudando uma estratégia para tirar do Senador estas duas tribunas, das quais se tem utilizado para criar dificuldades para o Presidente Sarney.